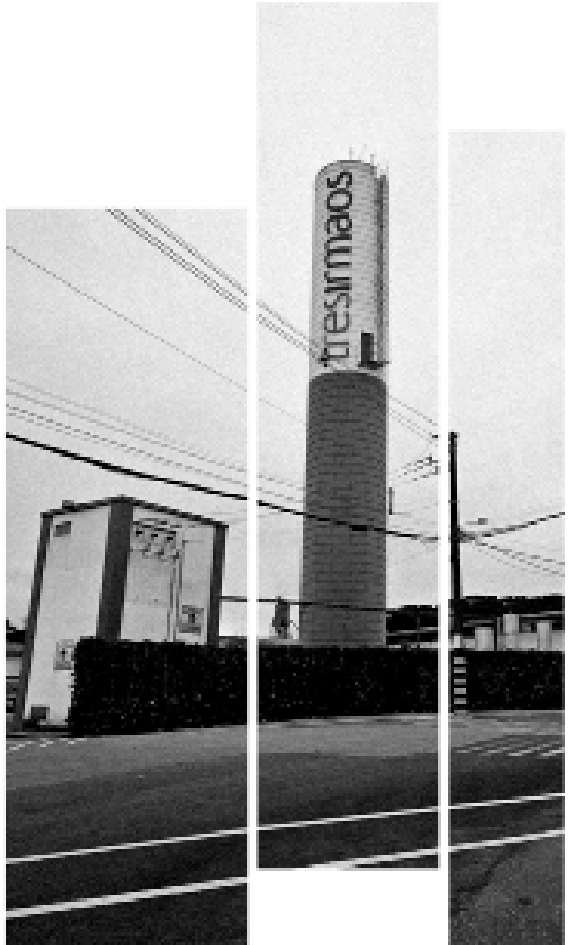
RECUPERE

Instituto de Recuperação Judicial e Falências

Relatório Mensal de Atividades

ART. 22, II, “C” DA LEI 11.101 DE 2005



Recuperação Judicial da Indústria de Móveis 3 Irmãos Sociedade Anônima

Processo n.: 5000023-19.2024.8.24.0536

Órgão Julgador: Juízo da Vara Regional de Falências, Recuperação Judicial e Extrajudicial de Jaraguá do Sul

Joinville, 18 de junho de 2026.

Sumário

01. **Introdução** pg 04

02. **Cronograma Processual** pg 05

03. **Operação** pg 07
- Atividade Empresarial pg 07
- Estrutura Societária pg 08

04. **Funcionários** pg 09
- Evolução do Quadro Consolidado pg 09
- Comportamento em Campo Alegre/SC pg 10
- Comportamento em Caçador/SC pg 10
- Aprendizes e Afastados pg 11
- Leitura Econômica e Operacional pg 11

05. **Estoque** pg 12
- Visão Econômica do Estoque pg 12
- Perfil por Unidade pg 13
- Impacto Financeiro e Capital de Giro pg 14
- Riscos Econômico-Operacionais pg 14
- Diretrizes de Gestão pg 14

06. **Produção** pg 15
- Campo Alegre/SC (perfil econômico e estrutural) pg 15
- Caçador/SC (operação com prensa após transferência da calibração) pg 16
- Comparação Econômica entre as Linhas e Unidades pg 18
- Dimensão Financeira da Produção pg 19

07. **Faturamento** pg 20
- Nível e Perfil do Faturamento pg 20
- Comportamento Mensal Recente pg 20
- Dimensão Cambial e Exposição Externa pg 21
- Mercado Externo x Mercado Interno pg 22

Sumário

08. Visão Geral do Ativos pg 24

Estrutura Econômica do Ativo em Abril de 2026 ..... pg 24

Composição Detalhada do Ativo Circulante ..... pg 24

Ativo não Circulante e Intensidade de Capital ..... pg 25

Leitura Financeira e de Risco Sobre o Ativo ..... pg 26

09. Visão Geral dos Passivos e Patrimônio Líquido pg 27

Estrutura do Passivo em Abril de 2026 ..... pg 27

Situação do Patrimônio Líquido ..... pg 29

Leitura Econômica Integrada do Balanço ..... pg 29

Análise Geral do DRE ..... pg 30

10. Passivo Tributário pg 32

Situação Estadual de Regularidade ..... pg 32

Detalhamento dos parcelamentos estaduais de ICMS ..... pg 33

Impacto Mensal no Fluxo de Caixa e Leitura Econômica ..... pg 33

11. Passivo Extraconcursal pg 34

Composição por Moeda ..... pg 34

Composição por Natureza do Crédito ..... pg 34

Principais Credores ..... pg 36

Vencimentos e Exposição Cambial ..... pg 36

Diagnóstico Operacional e Riscos ..... pg 36

Diagnóstico Consolidado e Impacto sobre a Certidão ..... pg 38

Leitura Fianceira e Econômica Integrada ..... pg 38

12. Considerações Finais pg 39

01 Introdução

Em cumprimento ao disposto no art. 22, II, “c” da Lei 11.101/2005, o presente Relatório Mensal de Atividades (RMA) reúne as informações operacionais, financeiras, econômicas da recuperanda INDÚSTRIA DE MÓVEIS 3 IRMÃOS SOCIEDADE ANÔNIMA relativo ao mês de abril de 2026.

O presente RMA foi elaborado com base nos documentos fornecidos pela Recuperanda, mediante análise técnica contábil limitada às informações disponibilizadas pela Recuperanda, além da recente **visita técnica realizada pela Administração Judicial na matriz da empresa em 14/05/2026,** de modo que no presente relatório estão registradas as principais informações processuais e financeiras da Recuperanda, analisadas pela administradora judicial.

Na oportunidade, a administradora judicial, Recupere – Instituto de Recuperação Judicial e Falências reitera a disponibilidade para prestação de esclarecimentos a qualquer interessado, ratificando atuação transparente, compromissada e ética, direcionada à preservação da empresa, com adequado atendimento aos direitos dos credores.

Informações adicionais ou complementares podem ser obtidas diretamente com a Administração Judicial, por intermédio do e-mail recuperemoveistresirmaos@gmail.com ou no site www.recupereadmjudicial.com.br ou pelo WhatsApp (**47) 98418-8088.**

02

Cronograma Processual

Evento 85
27/09/2024
Pedido de conversão da RJ extrajudicial para RJ judicial (art. 51)

Evento 104
08/10/2024
Deferimento da recuperação judicial art. 52))

Evento 124
04/11/2024
Publicação edital (§ 1º, art. 52)

Evento 151
22/11/2024
Fim do prazo para habilitações e divergências (§ 1º, art. 7º)

Evento 186
19/12/2024
Plano de recuperação judicial

Evento 219
20/02/2025
Juntada da AJ, do relatório de fase administrativa de créditos e relação de credores (§ 2º, art. 7º)

Evento 221
24/02/2025
Publicação edital (§ 2º, art. 7º)

Evento 236
11/03/2025
Fim do prazo para impugnações (art. 8º)

Evento 260
01/04/2025
Fim do prazo para objeções ao plano (art. 55)

Evento 387
22/09/2025
Assembleia Geral de Credores em 18/09/2025 – Votação do PRJ concluída (art. 55)

Evento 424
27/10/2025
Decisão que homologou o PRJ e concedeu a recuperação judicial

Evento 436
31/10/2025
Edital n. 310085373196 – Homologação do plano e concessão da recuperação judicial (prazo do edital finalizou em 19/11/2025).

- À vista da Decisão Interlocutória do Evento 104 (25/10/2024), que deferiu o processamento da recuperação judicial, e da Decisão Interlocutória do Evento 247 (21/03/2025), que prorrogou o stay period, nos termos do art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101 de 2005, o prazo de 180 dias encerrou-se em 20/10/2025.

Cronograma Processual

Em fase de consolidação do Quadro-Geral de Credores (art. 18)

Etapa Atual

Etapa Atual

Período de fiscalização do plano de recuperação judicial (art. 61)

- À vista da Decisão Interlocutória do Evento 104 (25/10/2024), que deferiu o processamento da recuperação judicial, e da Decisão Interlocutória do Evento 247 (21/03/2025), que prorrogou o stay period, nos termos do art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101 de 2005, o prazo de 180 dias encerrou-se em 20/10/2025.

03 Operação

Atividade empresarial

A Recuperanda Indústria de Móveis Três Irmãos, tem por objeto a industrialização e montagem de móveis, iniciou suas atividades em 1971 com uma pequena marcenaria familiar, na cidade de Campo Alegre/SC, que logo com sua expansão passou a produzir móveis de madeira maciça para o mercado nacional e em 1990, voltou suas atividades comerciais para o mercado europeu e norte-americano, consolidando-se como uma empresa dedicada à exportação.

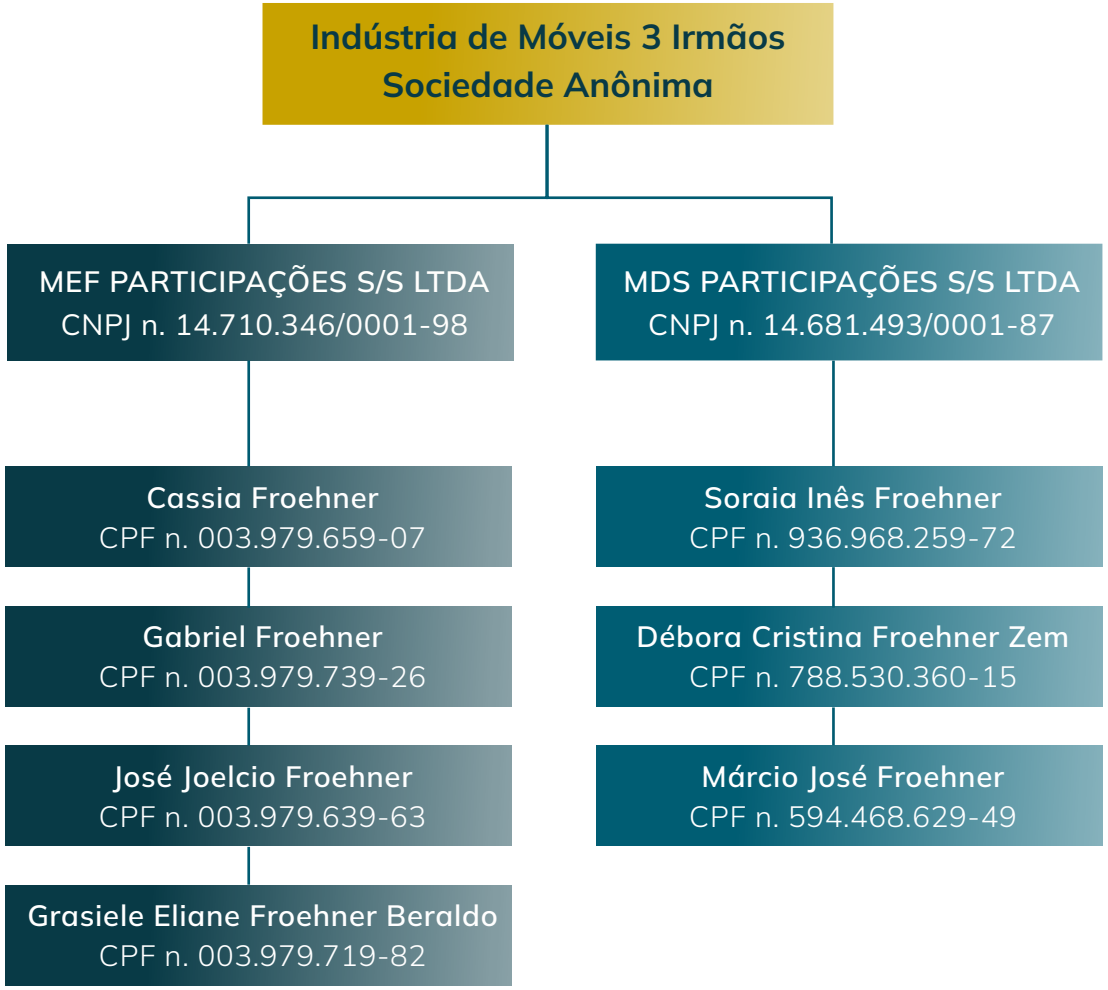
Em 2009 a empresa realizou exportação para a empresa multinacional sueca, IKEA - Ingvar Kamprad Elmtaryd Agunnaryd, líder mundial no setor de móveis, firmando uma sólida parceria que se mantém até o presente momento, no ano de 2024 expandiu suas atividades para o mercado corporativo, dedicando-se à produção e montagem de estabelecimentos comerciais, agências bancárias e salas VIP's em aeroportos e lojas, em todo o território nacional.

No ano de 2017, a empresa optou por retomar seu foco exclusivo na atividade de exportação, vindo a se tornar nesse período, a maior exportadora de móveis do Brasil o que levou, em 2020 à inauguração de mais um parque industrial localizado em São Bento do Sul/SC, com cerca de 16.000 m² de área construída, visando atender ao crescimento do consumo de móveis, todavia, ante a severa redução nas vendas enfrentadas pela Recuperanda, o que acarretou na crise financeira de modo que as atividades na filial de São Bento do Sul/SC foram encerradas em 2023.

A Recuperanda segue concentrada em 90% de suas atividades na unidade em Campo Alegre/SC (Matriz), onde se realiza a industrialização de boa parte de seus produtos, incluindo a fabricação de móveis, montagem, embalagens, além de todos os procedimentos administrativos e negociais para despacho, exportação e comercialização dos produtos. A unidade de Caçador/SC, que está parcialmente ativa, é responsável apenas pela fabricação de painéis.

Estrutura societária

A Recuperanda possui inscrição no CNPJ n. 82.767.641/0001-30, com a sede na cidade de Campo Alegre/SC e uma filial em Caçador/SC, de modo que na sua estrutura societária é composta por duas sociedades empresárias, MDS PARTICIPAÇÕES S/S LTDA. e MEF PARTICIPAÇÕES S/S LTDA., consoante contrato social anexo no evento 01 - CONTRSOCIAL4 nos autos da recuperação judicial, com os respectivos representantes:



04 Funcionários

A análise do quadro de pessoal segue a trajetória de ajuste já observada no RMA anterior. Campo Alegre/SC preserva a maior parte da força de trabalho, enquanto Caçador/SC permanece em processo de esvaziamento estrutural, em linha com o redesenho produtivo já descrito nos relatórios anteriores. Entre o pico de ocupação e abril de 2026, a redução do contingente ativo continua relevante, afetando diretamente os custos fixos, a capacidade operacional e os riscos de continuidade.

Evolução do Quadro Consolidado

No quadro consolidado de Campo Alegre/SC e Caçador/SC, o efetivo total, sem aprendizes e afastados, atingiu o pico de 580 funcionários ativos em maio de 2025, caindo gradualmente para 351 em janeiro de 2026, 294 em fevereiro, 301 em março e 302 em abril de 2026, conforme relatório de funcionários. Esse movimento corresponde à redução acumulada de aproximadamente 47,9% dos ativos entre maio de 2025 (580) e abril de 2026 (302), reforçando a estratégia de enxugamento da estrutura de pessoal em paralelo à retração da produção e do faturamento observada no período.

Os dados de abril mostram virtual estabilidade em relação a março, com leve alta de 301 para 302 ativos no consolidado. O número é insuficiente para indicar reversão da tendência de enxugamento, mas sugere estabilização do quadro em patamar historicamente baixo, compatível com o nível atual de atividade e com a concentração operacional na matriz.

INDICADOR	CAMPO ALEGRE/SC	CAÇADOR/SC	CONSOLIDADO
Total de colaboradores	330	36	366
Aprendizes	0	0	0
Afastados	36	29	65
Ativos (sem af. e aprendizes)	294	7	301

Comportamento em Campo Alegre/SC

Campo Alegre/SC permanece como o principal polo produtivo da empresa. O total de funcionários da unidade, que havia alcançado 450 em maio de 2025, recuou para 323 em fevereiro de 2026, 330 em março e permaneceu em 330 em abril de 2026, conforme o relatório de funcionários.

Quanto aos ativos, sem afastados e aprendizes, Campo Alegre/SC registrou 283 em fevereiro, 294 em março e 296 em abril, mostrando discreta recomposição do núcleo operacional. Essa trajetória reforça o papel da unidade como matriz industrial e principal eixo de geração de valor, mantendo praticamente todo o contingente funcional remanescente do grupo.

Comportamento em Caçador/SC

Caçador/SC permanece com retração estrutural acentuada e funciona, na prática, como planta de apoio em escala mínima. O total de colaboradores caiu de 41 em fevereiro para 36 em março e 34 em abril de 2026, evidenciando a continuidade do esvaziamento da unidade.

Quanto aos funcionários ativos, Caçador/SC recuou de 11 em fevereiro para 7 em março e 6 em abril, o que representa perda de cerca de 96,9% em relação aos 191 ativos observados em setembro de 2025. Esse comportamento reforça a leitura dos RMAs anteriores de que a unidade perdeu relevância operacional e exige avaliação permanente quanto à viabilidade econômica de manutenção da estrutura remanescente.

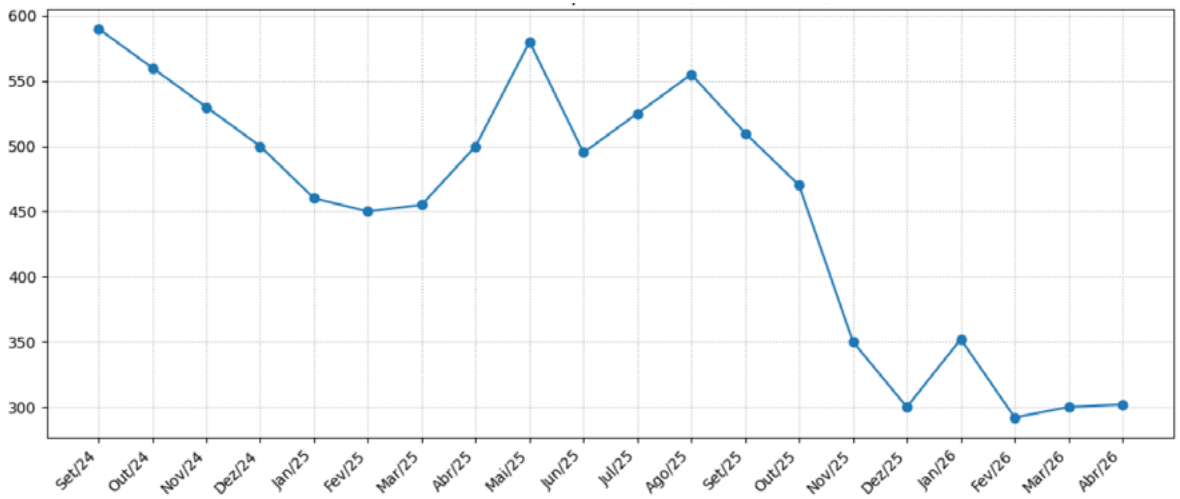
Aprendizes e Afastados

O número de aprendizes permaneceu zerado em ambas as unidades em abril de 2026, repetindo o quadro já observado em março. Isso confirma a interrupção do programa de aprendizes no período analisado, movimento coerente com a desaceleração operacional e com o ajuste da estrutura.

Os afastados mostram leve redução no consolidado: Campo Alegre/SC registrou 34 afastados em abril, contra 36 em março, e Caçador/SC registrou 28, contra 29 no mês anterior, somando 62 afastados. Apesar do recuo marginal, o patamar segue elevado diante do efetivo remanescente, especialmente em Caçador/SC, onde os 28 afastados continuam muito superiores aos 6 ativos.

Leitura Econômica e Operacional

Funcionários Ativos por Unidade (Set/24-Abr/26)



A combinação de dados de pessoal, produção e faturamento confirma que a empresa manteve, em abril, a estratégia de centralização operacional em Campo Alegre/SC, com Caçador/SC em escala residual. Essa estratégia reduz custos fixos de mão de obra e concentra recursos na unidade de maior produtividade, mas amplia a dependência de um único polo industrial.

Do ponto de vista dos custos, a redução do quadro ativo de 580 para 302 colaboradores entre maio de 2025 e abril de 2026 preserva a folga de caixa já descrita nos relatórios anteriores. Em contrapartida, o contingente extremamente reduzido de Caçador/SC aumenta o risco de paralisação técnica ou de manutenção de estrutura sem massa crítica operacional suficiente para justificar sua permanência no formato atual.

05

Estoque

O inventário de abril de 2026 confirma a manutenção de estoque elevado e altamente pulverizado, com forte concentração em matéria-prima, produtos em elaboração, materiais de manutenção, insumos específicos e grupos auxiliares de operação. O estoque consolidado totaliza R$ 13.125.296,28, valor ainda expressivo para uma companhia com faturamento mensal comprimido e forte pressão sobre o capital de giro.

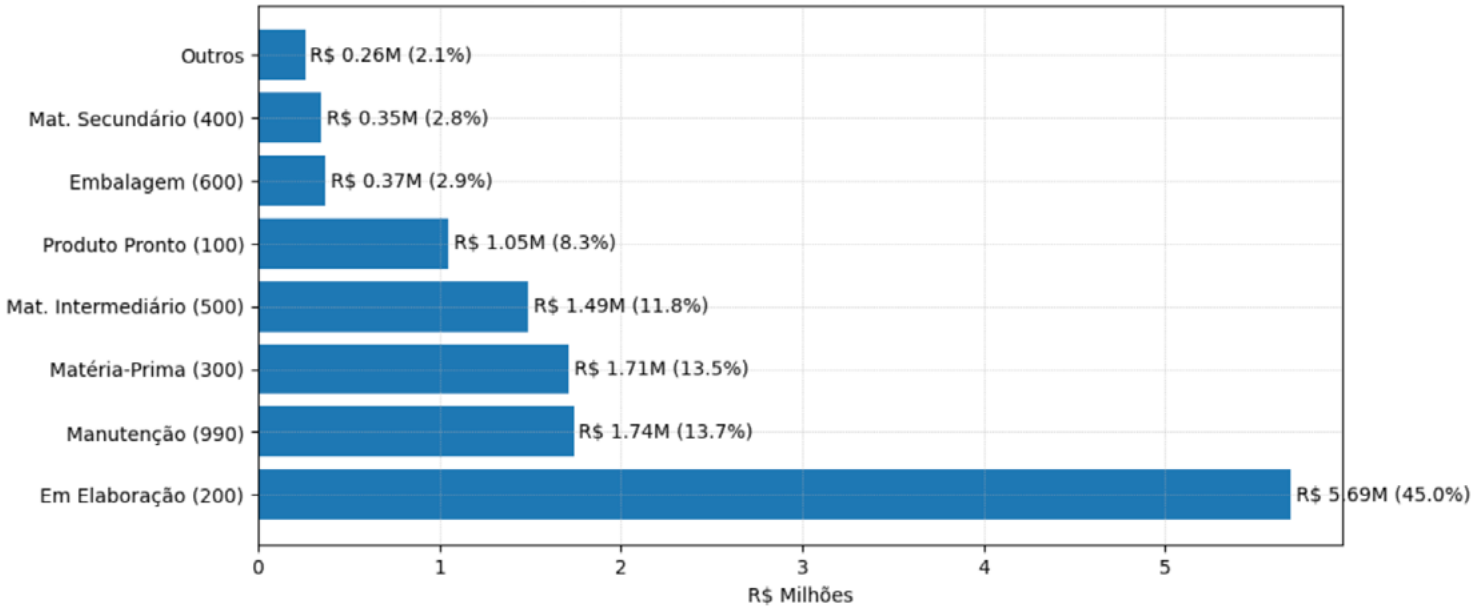
Visão Econômica do Estoque

O estoque permanece em nível elevado, com 70,1% do valor concentrado em Campo Alegre/SC (R$ 8.880.804,53) e 29,9% em Caçador/SC (R$ 3.784.318,64). O grupo mais representativo é o de produtos em elaboração (GI 200), que soma R$ 5.694.322,76 (45,0% do total), seguido de materiais de manutenção (R$ 1.739.907,86, 13,7%), matéria-prima (R$ 1.711.819,26, 13,5%) e material intermediário (R$ 1.491.771,31, 11,8%). O produto pronto corresponde a R$ 1.047.379,25 (8,3%), o que indica que a maior parte do valor ainda está em transformação, não disponível para entrega imediata.

Perfil por Unidade

Em Caçador/SC, o estoque de R$ 3.784.318,64 concentra-se em matéria-prima, grupo 300 (R$ 1.670.653,33, 44,1%), produtos em elaboração, grupo 200 (R$ 941.965,34, 24,9%), e materiais de manutenção, grupo 990 (R$ 920.570,27, 24,3%). Esse perfil sugere uma unidade com processo produtivo ainda em andamento e estoque de segurança operacional significativo, que protege a produção, mas imobiliza recursos em itens de baixo giro e de difícil reaproveitamento fora daquela planta.

Composição do Estoque por Grupo - Mar/26 (R$ 12,7M)



Em Campo Alegre/SC, o estoque de R$ 8.880.804,53 é liderado por produtos em elaboração, grupo 200 (R$ 4.752.357,42, 53,5%), material intermediário, grupo 500 (R$ 1.413.787,41, 15,9%), e produto pronto, grupo 100 (R$ 1.046.624,87, 11,8%), além de materiais de manutenção (R$ 819.337,59, 9,2%) e embalagens (R$ 363.526,65, 4,1%). A concentração em WIP e insumos específicos de exportação, como químicos, tapa-furos, embalagens customizadas e materiais vinculados a clientes estrangeiros, torna a operação sensível a mudanças de especificação ou de demanda por parte dos clientes internacionais.

Impacto Financeiro e Capital de Giro

Na leitura financeira, o estoque combinado de R$ 12.665.123,17 consome parcela relevante do capital de giro, em cenário de faturamento em recuperação parcial (R$ 4,96 milhões em março), redução de aplicações financeiras e elevada dependência de financiamentos e passivos fiscais parcelados. O perfil atual, com 45,0% do estoque em elaboração e apenas 8,3% em produto pronto, indica avanço da transformação produtiva, mas sem redução proporcional do valor total estocado, o que reforça a necessidade de acelerar o giro de produtos acabados e alinhar a produção à demanda efetiva dos clientes.

Riscos Econômico--Operacionais

Na leitura econômica, o risco de obsolescência e de perda por descontinuidade de produto é maior em Campo Alegre/SC, em razão dos insumos customizados, importados e codificados por cliente, do que em Caçador/SC, onde predominam madeira, lixas e peças de manutenção mais genéricas. O grupo de manutenção (990) representa R$ 1.739.907,86 no consolidado (13,7%), revelando um parque de máquinas intensivo, com muitos itens de baixo giro e alto valor unitário, o que recomenda catalogação por criticidade, análise de itens duplicados e eventual compartilhamento de sobressalentes entre as unidades.

Diretrizes de Gestão

Para a gestão, o quadro exige atuação coordenada entre engenharia de produto, PCP, compras e manutenção, para que revisões de projetos sejam casadas com planos de consumo dos estoques existentes e para que os níveis de segurança sejam recalibrados à nova escala de produção. A redução gradual dos estoques, especialmente de insumos específicos, materiais de manutenção de baixíssimo giro e produtos acabados com baixa saída, pode liberar capital de giro e reduzir o risco econômico, sem comprometer a continuidade operacional das unidades.

06 Produção

Campo Alegre/SC (perfil econômico e estrutural)

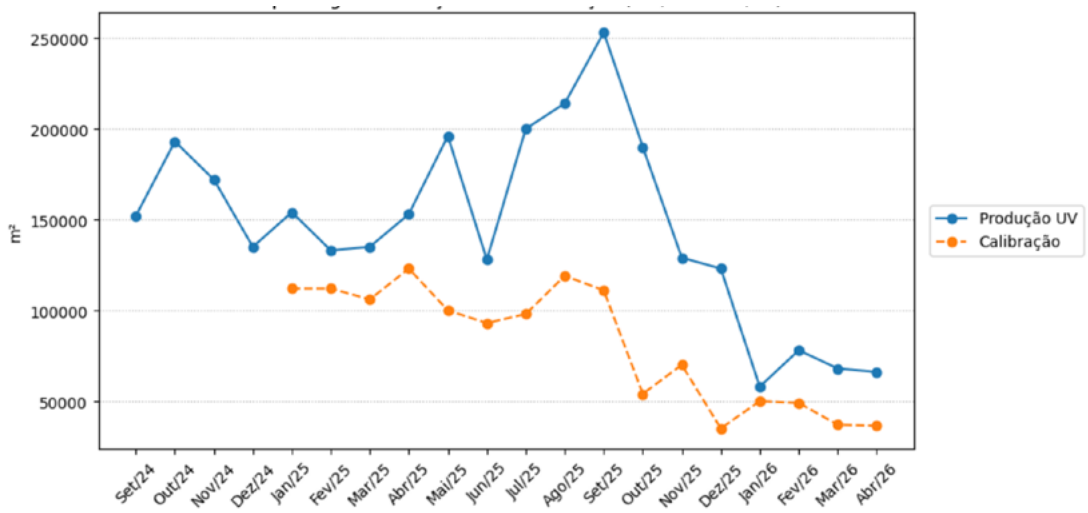
Campo Alegre/SC opera com duas configurações produtivas distintas. A primeira consiste nas quatro linhas de revestimento UV (UV 81, UV 811, UV Flex e UV Homanit), que constituem o núcleo de geração de valor da unidade e historicamente sustentaram volumes entre 130 mil e 253 mil m² mensais. A segunda é a linha de calibração, transferida de Caçador/SC para a matriz de Campo Alegre/SC no contexto do redesenho produtivo da empresa, passando a operar integrada ao fluxo fabril da unidade principal a partir de fevereiro de 2025.

No segmento UV, o pico da série ocorreu em setembro de 2025 (253.477 m²), seguido de recuo progressivo: 189.956 m² em outubro, 129.455 m² em novembro e 122.699 m² em dezembro de 2025. Em janeiro de 2026, a produção UV caiu para 58.605 m², o menor nível da série, com leve recuperação para 78.454 m² em fevereiro, recuo para 66.206 m² em março e praticamente a mesma marca em abril de 2026, com 66.051 m², indicando acomodação do volume nesse patamar, cerca de 26% do pico de setembro de 2025.

A linha de calibração, incorporada à matriz após a transferência do equipamento de Caçador/SC, operou entre 99.973 m² e 123.066 m² no primeiro semestre de 2025, com queda progressiva no segundo semestre: 53.743 m² em novembro e 69.760 m² em dezembro. Em 2026, registrou 34.935 m² em janeiro, recuperação para 49.683 m² em fevereiro, 48.856 m² em março e 36.472 m² em abril de 2026, evidenciando tendência de redução de volumes também nessa linha.

A seguir gráfico:

Campo Alegre - Produção UV e Cslibração (Set/24 a Abr/26)

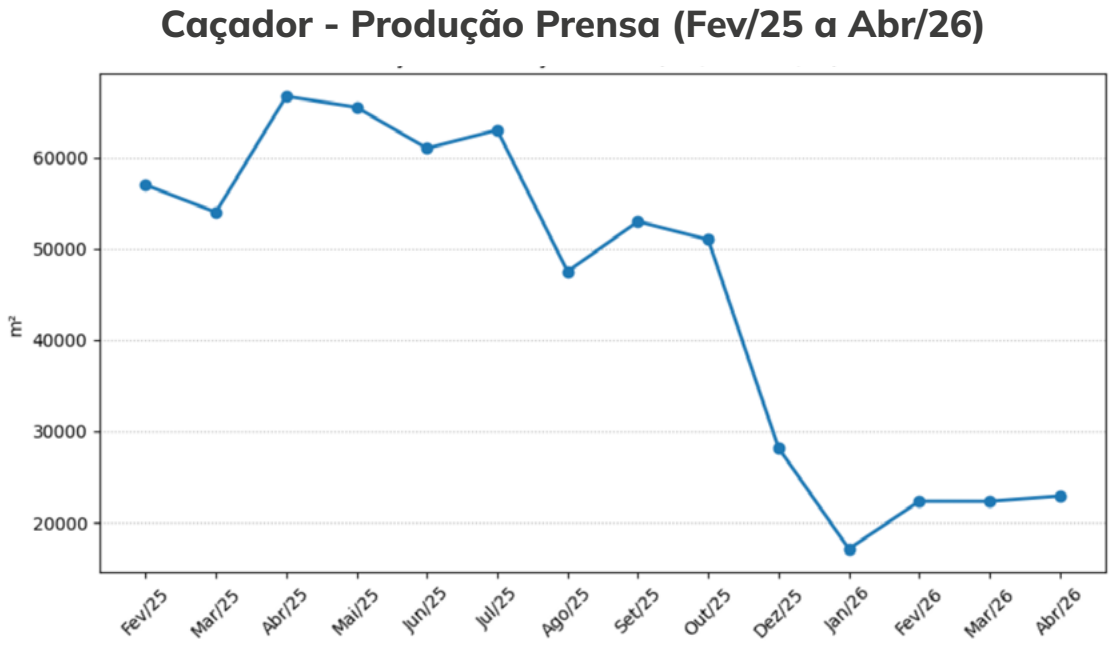


Caçador/SC (operação com prensa após transferência da calibração)

Até janeiro de 2025, Caçador/SC operava com sua própria linha de calibração, registrando volumes entre 108.737 m², em dezembro de 2024, e 127.938 m², em setembro de 2024. Com a transferência da máquina de calibração para a matriz, em Campo Alegre/SC, a unidade passou a operar exclusivamente com a prensa, assumindo função de etapa intermediária de produção no fluxo controlado pela matriz. Essa mudança estrutural reduziu significativamente o volume e o perfil de contribuição de Caçador/SC no consolidado do grupo.

Com a prensa em operação a partir de fevereiro de 2025, os volumes oscilaram na faixa de 53 mil a 66 mil m² por mês no primeiro semestre, recuando progressivamente no segundo semestre: 47.280 m² em agosto, 52.783 m² em setembro e 28.133 m² em dezembro de 2025. Em 2026, a prensa operou em patamar reduzido: 17.130 m² em janeiro, 22.364 m² em fevereiro, 22.353 m² em março e 22.940 m² em abril de 2026, indicando leve estabilização em torno de 22 mil a 23 mil m² por mês.

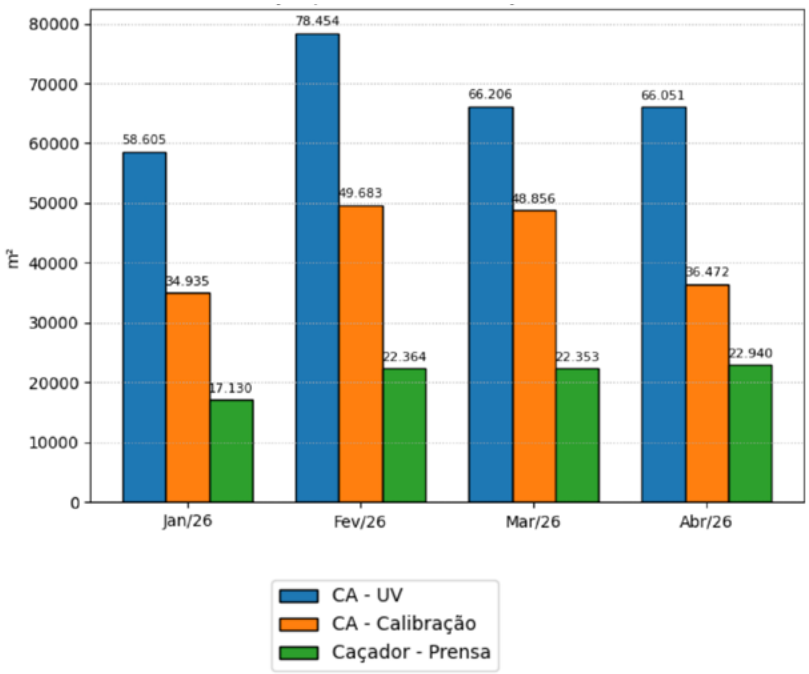
A seguir gráfico:



Comparação Econômica Entre as Unidades

Em abril de 2026, Campo Alegre/SC somou 66.051 m² (UV) e 36.472 m² (calibração), totalizando 102.523 m² na matriz, frente a 22.940 m² da prensa de Caçador/SC, relação de aproximadamente 4,5:1 em favor de Campo Alegre/SC, confirmando a centralização produtiva como estratégia em curso.

Produção por Linha/Unidade - Jan a Abr/26 (m²)



Do ponto de vista econômico, a escala combinada das linhas UV e de calibração em Campo Alegre/SC permite diluição mais eficiente dos custos fixos industriais. Caçador/SC, com volumes da prensa entre 17 e 23 mil m²/mês em 2026, opera com custo fixo unitário elevado, o que reforça a necessidade de avaliação estratégica sobre a escala mínima viável para manutenção das atividades na unidade.

Dimensão Financeira da Produção

Campo Alegre/SC segue sendo o principal gerador de receita operacional e de margem de contribuição do grupo. O volume combinado de UV (66.051 m²) e calibração (36.472 m²) em abril de 2026, totalizando 102.523 m², sustenta a maior parte do faturamento bruto apurado de R$ 1.945.393,13 no mês. A prensa de Caçador/SC (22.940 m² em abril) contribui de forma complementar, representando 18,3% do volume total consolidado de 125.463 m².

A Administração Judicial entende que a estabilização dos volumes de Campo Alegre/SC é condição necessária para preservar a geração operacional de caixa, enquanto Caçador/SC demanda avaliação específica quanto à viabilidade de continuidade da operação de prensagem na escala atual.

07 Faturamento

Nível Perfil do Faturamento

O faturamento bruto de 2025 alcançou cerca de R$ 110,7 milhões, com forte concentração no mercado externo, que respondeu por aproximadamente 96,6% da receita anual, enquanto o mercado interno representou apenas 3,4%. Em dólares, as exportações totalizaram em torno de USD 19,1 milhões no ano, indicando tíquete médio mensal próximo de USD 1,6 milhão em vendas externas.

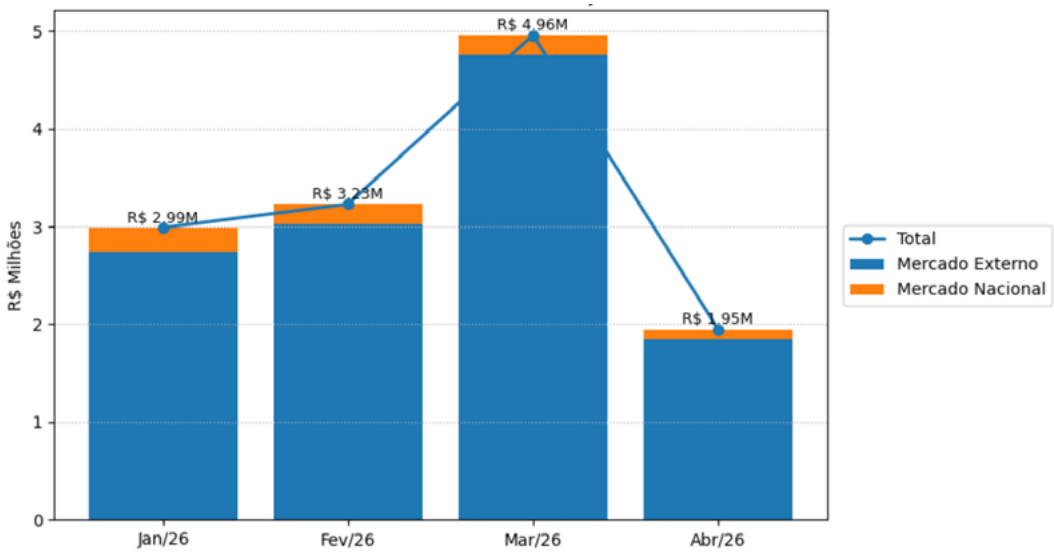
Em 2026, os quatro primeiros meses mostram receita ainda bem abaixo da média mensal de 2025, cerca de R$ 9,2 milhões por mês, com comportamento bastante irregular ao longo do quadrimestre. O faturamento bruto consolidado acumulado de janeiro a abril soma R$ 13.122.600,26, composto por R$ 2.988.555,33 em janeiro, R$ 3.225.246,47 em fevereiro, R$ 4.963.405,33 em março e R$ 1.945.393,13 em abril. Abril de 2026 representa, portanto, o pior mês do ano até o momento, com queda de 60,8% em relação a março e faturamento equivalente a apenas cerca de 21,1% da média mensal de 2025, evidenciando retomada frágil e ainda sujeita à volatilidade.

Comportamento Mensal Recente

Em 2025, a receita bruta mensal oscilou entre aproximadamente R$ 9,0 milhões e R$ 10,2 milhões de fevereiro a outubro, com pico em janeiro (cerca de R$ 13,06 milhões) e forte queda no último bimestre (cerca de R$ 7,52 milhões em novembro e R$ 4,49 milhões em dezembro). Em janeiro de 2026, a receita recuou ainda mais para R$ 2.988.555,33, reflexo de desaceleração relevante da demanda, sobretudo nas exportações, em um contexto de redução da produção e ajuste de estoques.

A seguir gráfico:

Faturamento Mensal Externo x Nacional - Jan a Abr/26



Em fevereiro de 2026, há leve recuperação para R$ 3.225.246,47, e, em março de 2026, a receita avança para R$ 4.963.405,33, impulsionada principalmente pelo mercado externo (R$ 4.763.506,47, equivalentes a USD 910.656,64) e por participação ainda modesta do mercado interno (R$ 199.898,86). Em abril de 2026, contudo, o faturamento bruto volta a cair de forma acentuada para R$ 1.945.393,13, composto por R$ 1.832.273,53 no mercado externo (USD 368.067,29) e R$ 113.119,60 no mercado interno, revertendo integralmente a recuperação de março e recolocando a receita em patamar próximo ao observado no final de 2025.

No acumulado de janeiro a abril de 2026, o mercado externo responde por R$ 12.509.837,50 (95,33% do total), enquanto o mercado interno soma R$ 612.762,76 (4,67%), mantendo o padrão de concentração em exportações já verificado nos exercícios anteriores.

Dimensão Cambial e Exposição Externa

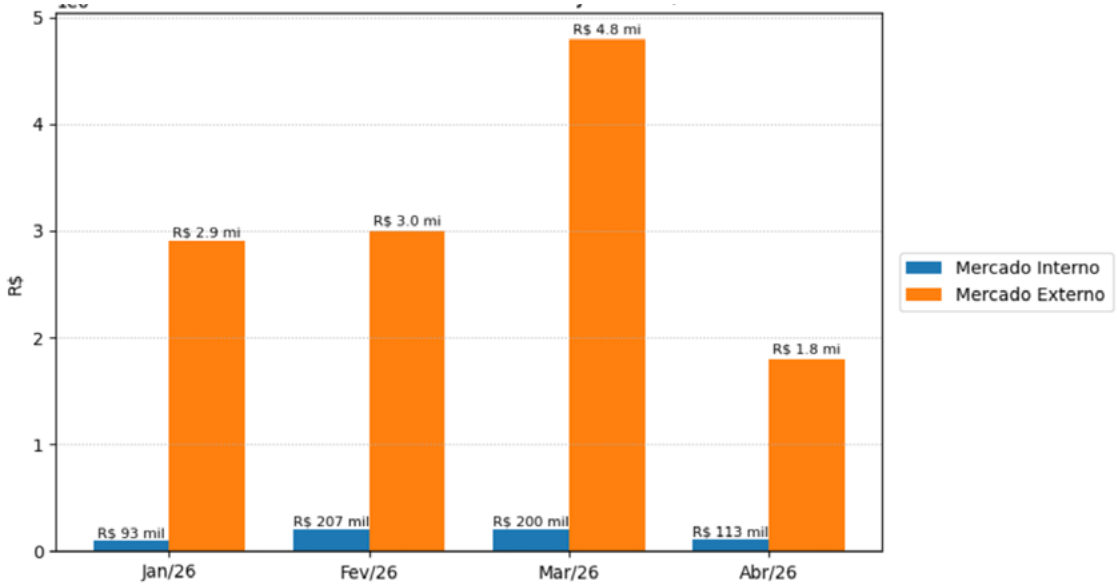
A estrutura de faturamento permanece fortemente dolarizada, com predominância de receitas em moeda estrangeira convertidas para reais, o que torna o resultado sensível tanto à variação cambial quanto ao ritmo de pedidos dos clientes internacionais. Em abril de 2026, a relação entre o montante externo em reais (R$ 1.832.273,53) e o volume em dólares (USD 368.067,29) implica taxa de conversão média em torno de R$ 4,98/USD, a menor da série de 2026, inferior às taxas médias de março (aprox. R$ 5,23/USD), fevereiro (aprox. R$ 5,21/USD) e janeiro (aprox. R$ 5,29/USD).

Na prática, abril combina dois vetores negativos: queda expressiva do volume faturado em exportações e apreciação do real frente ao dólar, reduzindo o valor em reais por unidade de receita em moeda estrangeira. Essa combinação tende a pressionar adicionalmente a margem de contribuição do mês, uma vez que os custos fixos industriais e as despesas financeiras em moeda estrangeira não se ajustam automaticamente na mesma velocidade, exigindo atenção à gestão de contratos, indexadores e eventual estratégia de hedge para mitigar a volatilidade.

Mercado Externo x Mercado Interno

O mercado interno continua com participação residual no mix de faturamento: em 2025, respondeu por pouco mais de R$ 3,7 milhões no ano, aproximadamente R$ 312 mil por mês, em média, frente a cerca de R$ 8,9 milhões mensais provenientes do mercado externo. Em 2026, até abril, a receita doméstica acumula R$ 612.762,76, o que representa 4,67% do faturamento bruto do período, de janeiro a abril, com oscilações mensais entre R$ 93.060,79 em janeiro, R$ 206.683,51 em fevereiro, R$ 199.898,86 em março e R$ 113.119,60 em abril.

Faturamento Externo x Interno - Jan a Abr/26



Em termos relativos, o mercado interno perde força justamente no mês em que o faturamento total atinge o patamar mais baixo do ano, contribuindo pouco para amortecer a queda das exportações. A empresa segue, assim, operando como exportadora quase exclusiva, o que reforça a vulnerabilidade a choques de demanda externa, revisões de contratos por grandes clientes, alterações de especificações técnicas e mudanças nas condições logísticas e regulatórias dos mercados de destino. Ao mesmo tempo, a manutenção de uma base de vendas domésticas, ainda que pequena, indica espaço para explorar oportunidades no mercado interno como complemento de receita, reduzindo marginalmente o grau de concentração em poucos compradores externos.

08

Visão Geral dos Ativos

Estrutura Econômica do Ativo em Abril de 2026

Em abril de 2026, o ativo total alcança R$ 82.499.256,04, distribuído em 53,7% de ativo circulante (R$ 44.339.361,23) e 46,3% de ativo não circulante (R$ 38.159.894,81). A estrutura permanece compatível com empresa industrial intensiva em capital, com peso relevante de imobilizado, estoques e créditos tributários. Em relação a março de 2026, observa-se leve redução do ativo total, com acomodação de clientes e alteração do perfil de liquidez de curtíssimo prazo.

Composição Detalhada do Ativo Circulante

No ativo de curto prazo, o principal componente continua sendo o grupo de tributos a recuperar, que soma R$ 20.620.737,22, quando considerados os créditos correntes e agroindustriais, equivalentes a 25,0% do ativo total. Em seguida, aparecem os estoques, com R$ 12.769.191,80 (15,5%), os clientes, com R$ 5.812.312,80 (7,0%), e os adiantamentos diversos, com R$ 4.081.470,84 (4,9%).

O nível de liquidez imediata segue estreito: disponibilidades de apenas R$ 7.174,96 e aplicações financeiras de R$ 664.822,08, totalizando R$ 671.997,04, ou 0,8% do ativo total. Embora o saldo aplicado represente melhora frente ao caixa estritamente disponível, o volume permanece reduzido diante de um passivo circulante superior a R$ 76.483.513,47, exigindo gestão diária de recebíveis, estoques e compromissos bancários.

INDICADOR	VALOR	% DO ATIVO TOTAL
Ativo circulante	R$ 44.339.361,23	53,70%
Tributos a recuperar (incluindo agroindústria)	R$ 20.620.737,22	25,00%
Estoques	R$ 12.769.191,80	15,50%
Clientes	R$ 5.812.312,80	7,00%
Disponibilidades + aplicações	R$ 671.997,04	0,80%
Ativo não circulante	R$ 38.159.894,81	46,30%
Imobilizado	R$ 27.713.561,72	33,60%

Ativo não Circulante e Intensidade de Capital

No não circulante, o imobilizado concentra R$ 27.713.561,72 (33,6% do ativo total), refletindo o peso do parque industrial, máquinas, equipamentos, instalações e benfeitorias. O realizável a longo prazo soma R$ 10.297.224,12 (12,5%), formado por créditos e valores de recuperação mais lenta, incluindo tributos diferidos (R$ 2.893.639,52), outros créditos (R$ 5.425.121,36), mútuos a receber (R$ 936.507,40) e clientes de longo prazo (R$ 122.634,03).

Os saldos residuais de intangível (R$ 27.965,18) e ativo biológico (R$ 121.143,79) têm baixa representatividade no balanço. A manutenção de imobilizado relevante, combinada a estoques e créditos tributários expressivos, reforça que parte significativa do ativo não se converte imediatamente em caixa, ainda que possua relevância operacional para a continuidade da atividade.

Leitura Financeira e de Risco Sobre o Ativo

A leitura de abril confirma um ativo com liquidez real inferior ao valor contábil. A empresa possui R$ 671.997,04 em disponibilidades e aplicações, mas concentra R$ 12.769.191,80 em estoques e R$ 20.620.737,22 em créditos tributários correntes. Esses valores dependem de giro produtivo, venda, compensação ou ressarcimento para se transformarem em caixa, o que amplia o risco de descasamento entre ativos de curto prazo e obrigações exigíveis.

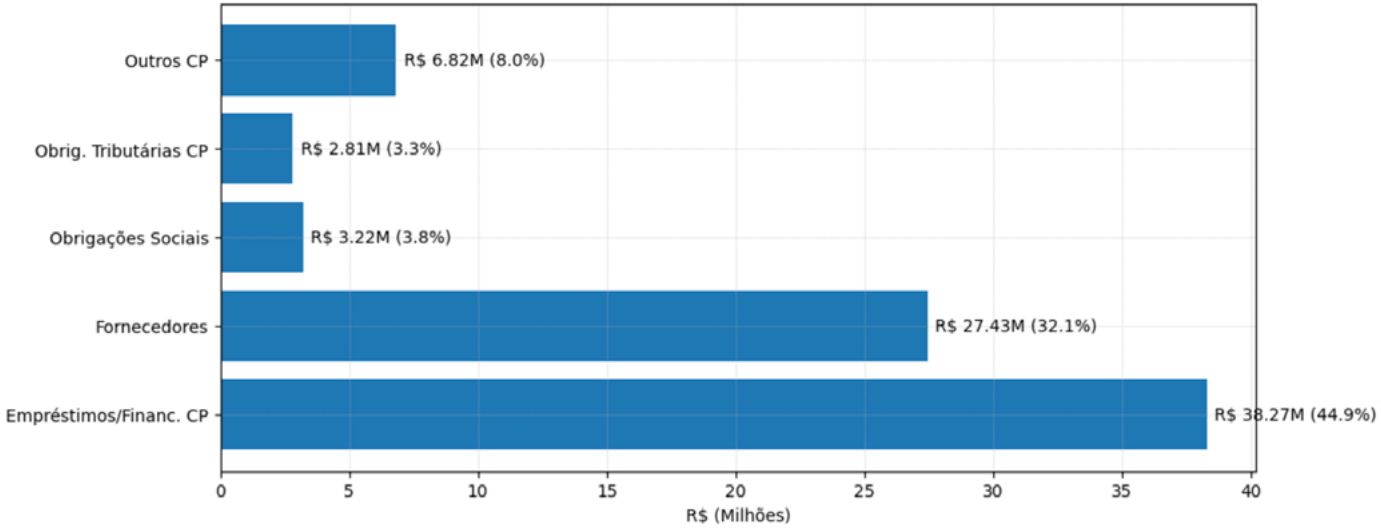
Nesse contexto, a gestão do ativo deve seguir concentrada em três frentes: acelerar a cobrança de clientes, reduzir estoques de menor giro e buscar a monetização ou compensação de créditos tributários. A preservação de aplicações financeiras em abril é positiva, mas ainda insuficiente para alterar a leitura de dependência de receita de exportação, financiamento bancário e rolagem de obrigações de curto prazo.

09

Visão Geral dos Passivos e Patrimônio Líquido

Estrutura do Passivo em Abril de 2026

Composição do Passivo Circulante - Mar/26 (R$ 78,6M)



Visão Geral dos Passivos e Patrimônio Líquido

Em abril de 2026, o passivo circulante soma R$ 76.483.513,47, equivalente a 92,7% do total do balanço, mantendo a estrutura fortemente pressionada no curto prazo. O passivo não circulante alcança R$ 11.064.548,22, enquanto o patrimônio líquido permanece negativo em R$ 5.048.805,65. A principal obrigação de curto prazo é o grupo de empréstimos e financiamentos, com R$ 37.178.767,89, seguido dos fornecedores, com R$ 27.778.931,40.

No passivo circulante, além dos financiamentos e fornecedores, destacam-se adiantamentos de clientes (R$ 1.921.030,62), mútuo (R$ 1.804.328,89), provisões (R$ 1.787.079,56), obrigações sociais e trabalhistas (R$ 1.739.292,14), obrigações tributárias (R$ 1.691.386,92) e impostos parcelados (R$ 1.173.823,45). A presença simultânea de dívidas bancárias, fornecedores e tributos no curto prazo mantém elevada a pressão sobre o caixa operacional.

INDICADOR	VALOR	% DO TOTAL P+PL
Passivo circulante	R$ 76.483.513,47	92,70%
Empréstimos e financiamentos CP	R$ 37.178.767,89	45,10%
Fornecedores	R$ 27.778.931,40	33,70%
Passivo não circulante	R$ 11.064.548,22	13,40%
Empréstimos e financiamentos LP	R$ 7.952.188,37	9,60%
Impostos parcelados CP + LP	R$ 2.985.231,11	3,60%
Patrimônio líquido negativo	R$ 5.048.805,65	6,10%

Situação do Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido é negativo em R$ 5.048.805,65, resultado da combinação entre capital social de R$ 6.000.000,00, ajuste de avaliação patrimonial de R$ 459.050,48, reserva de lucros negativa de R$ 11.035.082,32 e resultado do período negativo de R$ 472.773,81. O PL negativo indica que as obrigações exigíveis superam os ativos registrados, quadro característico de empresa em recuperação judicial com desequilíbrio patrimonial ainda não revertido.

Na prática, a empresa depende da continuidade operacional, do cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, da renegociação com credores estratégicos e da geração de caixa por exportações para recompor sua estrutura de capital. A melhora pontual do resultado de abril não elimina a insuficiência acumulada, pois o balanço ainda mostra forte concentração de compromissos no curto prazo.

Leitura Econômica Integrada do Balanço

A leitura conjunta de ativo e passivo em abril mostra capital de giro líquido negativo de aproximadamente R$ 32.144.152,24. Embora o ativo circulante some R$ 44.339.361,23, parte relevante está em estoques e tributos a recuperar, enquanto o passivo circulante de R$ 76.483.513,47 exige desembolsos ou rolagens em prazo mais curto. Essa assimetria aumenta a dependência de recebíveis, exportações e renegociação bancária.

O passivo circulante representa 87,4% do passivo exigível, revelando estrutura de financiamento concentrada no curto prazo. A combinação de financiamentos, fornecedores e parcelamentos em atraso exige controle rigoroso do fluxo de caixa, principalmente porque o faturamento de abril caiu para R$ 1.945.393,13, após R$ 4.963.405,33 em março.

Análise Geral do DRE

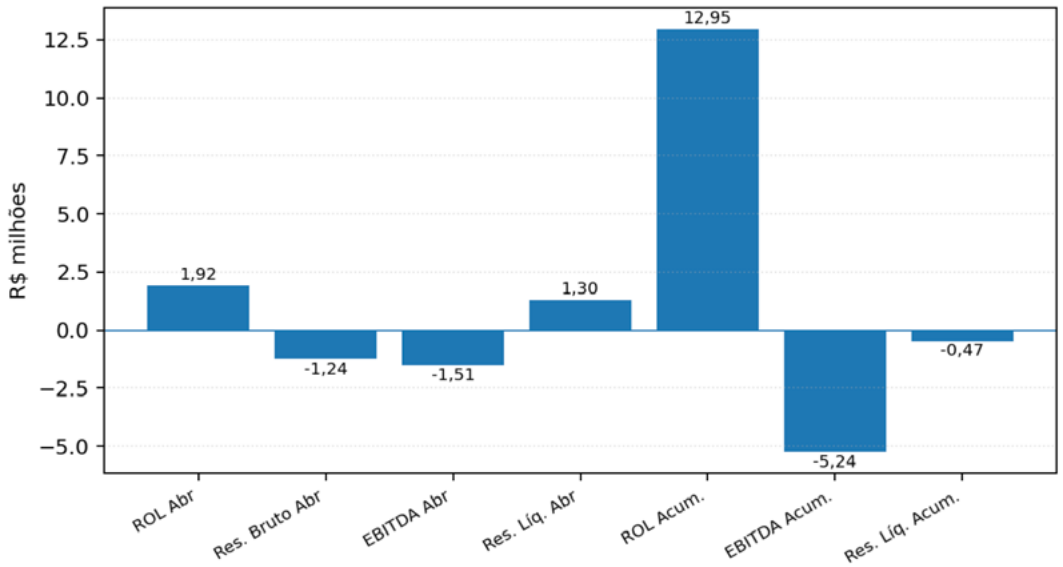
O DRE de abril de 2026 registra receita operacional líquida de R$ 1.916.904,02 e resultado líquido positivo de R$ 1.304.303,25 no mês. Entretanto, o resultado operacional permanece deficitário: o resultado operacional bruto foi negativo em R$ 1.240.110,81, o EBIT negativo em R$ 1.703.333,47 e o EBITDA negativo em R$ 1.514.955,32. O lucro líquido mensal decorre principalmente do resultado financeiro líquido positivo de R$ 483.535,81 e de outras receitas e despesas líquidas positivas de R$ 2.522.878,05, e não de margem industrial recorrente.

No acumulado de janeiro a abril de 2026, a receita bruta totaliza R$ 13.122.600,26, com receita operacional líquida de R$ 12.954.173,85. Ainda assim, o resultado líquido acumulado permanece negativo em R$ 472.773,81. O resultado operacional bruto acumulado, negativo em R$ 3.269.696,82, mostra que os custos variáveis, produtivos e de depreciação da fábrica ainda superam a receita líquida gerada no período.

O faturamento bruto de abril (R$ 1.945.393,13) representa queda de 60,8% em relação a março (R$ 4.963.405,33), interrompendo a recuperação observada no mês anterior. No acumulado de 2026, o mercado externo responde por R$ 12.509.837,50 e USD 2.405.753,38, enquanto o mercado nacional soma apenas R$ 612.762,76, equivalente a 4,67% do total, confirmando a forte dependência das exportações.

A seguir gráfico:

Síntese do DRE - Abr/26 e Acumulado:



Visão Geral dos Passivos e Patrimônio Líquido

CONTA DRE	ABRIL/2026	ACUMULADO JAN-ABR/2026
Receita bruta	R$ 1.945.393,13	R$ 13.122.600,26
Receita operacional líquida	R$ 1.916.904,02	R$ 12.954.173,85
Resultado operacional bruto	-R$ 1.240.110,81	-R$ 3.269.696,82
EBIT	-R$ 1.703.333,47	-R$ 6.000.421,81
EBITDA	-R$ 1.514.955,32	-R$ 5.243.559,71
Resultado financeiro líquido	R$ 483.535,81	R$ 933.777,19
Outras despesas/receitas	R$ 2.522.878,05	R$ 4.558.826,67
Resultado líquido	R$ 1.304.303,25	-R$ 472.773,81

Em resumo, abril melhora o resultado líquido mensal, mas não altera a leitura central da DRE: a operação industrial ainda não gera margem suficiente para sustentar a estrutura de custos. A empresa dependeu de efeitos financeiros, cambiais e de outras receitas para compensar o déficit operacional. O ponto de atenção para os próximos meses é confirmar se a queda do faturamento de abril foi pontual ou se sinaliza nova retração da demanda.

10 Passivo Tributário

Situação Estadual de Regularidade

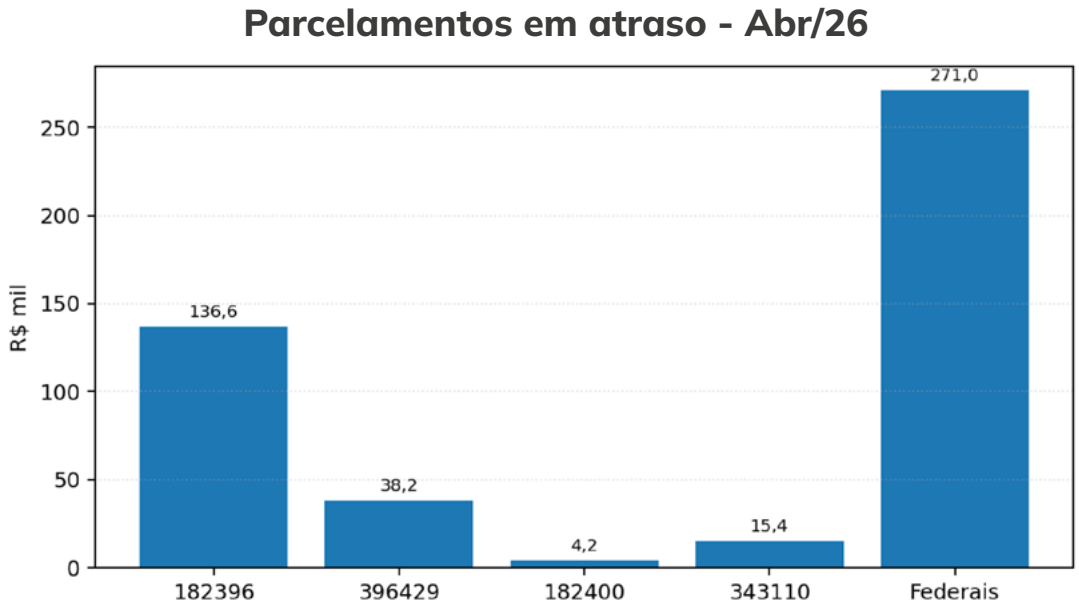
O relatório estadual de 22/05/2026 informa a existência de pendências nos sistemas da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina. Além de débitos de IPVA vinculados a três veículos, o relatório aponta pendências de ICMS em parcelamentos e inscrições em dívida ativa, abrangendo as inscrições estaduais 25.019.188-1 e 26.063.312-7.

Os débitos de IPVA somam R$ 988,66, valor pouco relevante em termos absolutos, mas que reforça a necessidade de regularização administrativa. **O ponto mais sensível permanece nos parcelamentos estaduais de ICMS, especialmente em razão da recorrência de parcelas vencidas entre fevereiro, março e abril de 2026.**

Detalhamento dos parcelamentos estaduais de ICMS

PARCELAMENTO	SITUAÇÃO	TOTAL PARA QUITAÇÃO	PARCELAS EM ATRASO	VALOR EM ATRASO
251100182396	Ativo	R$ 3.369.697,18	**3**	R$ 136.609,35
241100396429	Ativo	R$ 522.726,38	**3**	R$ 38.248,26
251100182400	Ativo	R$ 104.465,84	**3**	R$ 4.235,10
251100343110	Ativo	R$ 591.933,95	**2**	R$ 15.374,90
Total	**-**	**R$ 4.588.823,35**	**-**	**R$ 194.467,61**

A seguir gráfico:



Impacto Mensal no Fluxo de Caixa e Leitura Econômica

A inadimplência estadual de R$ 194.467,61 em parcelamentos, acrescida de R$ 988,66 referentes ao IPVA, totaliza R$ 195.456,27 em pendências estaduais objetivas. Embora o montante não represente o maior componente do passivo, sua relevância reside no risco de perda da regularidade fiscal, rescisão de parcelamentos e aumento de restrições administrativas.

A regularização dessas parcelas deve ser tratada como prioridade operacional, pois a empresa depende da continuidade fiscal e cadastral para preservar relações comerciais, exportações e acesso a crédito. A recorrência de atrasos no mesmo período em que o faturamento oscila reforça a necessidade de programação semanal de caixa para tributos parcelados, evitando que obrigações de menor valor relativo se convertam em impedimentos relevantes.

11 Passivo Extraconcursal

Composição por Moeda

A relação de credores não sujeitos de abril de 2026 mantém composição fortemente concentrada em obrigações financeiras extraconcursais. O saldo informado soma USD 7.840.528,95 em moeda estrangeira e R$ 5.645.234,98 em moeda nacional. Considerando uma taxa de câmbio de referência próxima de R$ 5,20/US$, o passivo em dólar equivaleria a aproximadamente R$ 40.770.750,54, elevando a exposição total estimada para cerca de R$ 46.415.985,52.

A predominância de créditos em dólar decorre, principalmente, de contratos de ACC ligados à operação exportadora. Essa estrutura cria forte sensibilidade cambial: a mesma operação que gera receita em moeda estrangeira também concentra passivos relevantes em dólar, exigindo compatibilização entre embarques, recebimentos, liquidações de câmbio e renegociações com instituições financeiras.

Composição por Natureza do Crédito

Nos créditos em moeda estrangeira, o Banco do Brasil permanece como o maior credor, com USD 3.442.932,33, seguido pelo Itaú (USD 1.634.393,09) e pela Caixa Econômica Federal (USD 1.076.601,18). Esses três credores concentram aproximadamente 75,5% do saldo em dólar, o que indica elevada dependência de renegociação com poucos bancos.

Passivo Extraconcursal

CREDOR USD	SALDO
Banco do Brasil	USD 3.442.932,33
Itaú	USD 1.634.393,09
Caixa	USD 1.076.601,18
Banrisul	USD 603.339,68
Banco Alfa	USD 398.540,89
Banco Luso	USD 307.150,68
Sofisa	USD 214.041,10
Santander	USD 163.530,00
Total USD	**USD 7.840.528,95**

No passivo extraconcursal em reais, os principais saldos estão concentrados na Unicred União, com R$ 3.316.281,30, e no Banco Safra, com R$ 1.990.588,00. Juntos, esses dois credores representam aproximadamente 94,0% do saldo em moeda nacional.

CREDOR R$	SALDO
Unicred União	R$ 3.316.281,30
Safra	R$ 1.990.588,00
Banrisul	R$ 213.494,40
Daycoval	R$ 110.877,88
Banco do Brasil	R$ 13.993,40
Total	**R$ 5.645.234,98**

Principais Credores

A concentração em bancos públicos, grandes bancos privados e cooperativas de crédito confirma que o passivo extraconcursal é majoritariamente financeiro. Essa característica exige tratamento separado dos créditos sujeitos ao Plano de Recuperação Judicial, pois tais obrigações podem impactar diretamente o acesso a novas linhas de pré-embarque, ao fechamento de câmbio e à manutenção do relacionamento bancário.

O risco prático é que a inadimplência ou o atraso de contratos de ACC reduzam a capacidade da empresa de financiar novas exportações, justamente no segmento que representa mais de 95% do faturamento acumulado de 2026. Assim, a renegociação com os principais bancos deve caminhar em conjunto com a programação de produção e exportação.

Vencimentos e Exposição Cambial

A base de contratos indica concentração de obrigações vencidas ou com vencimentos próximos, muitas delas originadas em 2024 e 2025. Como parte relevante do saldo está em dólar, a valorização da moeda norte-americana pode aumentar rapidamente o passivo em reais, enquanto a queda do faturamento de abril reduz a geração de moeda estrangeira para a liquidação natural desses contratos.

Diagnóstico Operacional e Riscos

O passivo extraconcursal estimado em mais de R$ 48.013.169,07 é um dos principais vetores de risco imediato. Ele representa parcela muito significativa do ativo total de R$ 82.499.256,04 e pressiona a operação por meio de juros, variação cambial, rolagens e restrições de crédito. O desafio central é transformar a carteira de exportações em fluxo suficiente para amortizar os contratos sem comprometer fornecedores, a folha, os tributos e o capital de giro.

Passivo Extraconcursal

CREDOR	NATUREZA PRINCIPAL	VALOR APROXIMADO
0009.08212.0005754154.21-45	3	R$ 47.875,68
0009.08212.0021804122.21-26	3	R$ 17.085,33
0009.08212.0024552532.21-30	3	R$ 10.248,90
0211.00012.0078323975.24-54	3	R$ 23.178,00
0211.00012.0085217365.24-92	3	R$ 23.247,90
0211.00012.0113311058.25-20	3	R$ 1.647,84
0246.00011.0000248634.24-06	3	R$ 147.744,48
Total	-	**R$ 271.028,13**

Há ainda parcelamento simplificado com exigibilidade suspensa, de número 0211.00012.0041784699.22-02, no valor de R$ 84.483,51. Na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o relatório informa que não foram detectadas pendências ou exigibilidades suspensas para o contribuinte, indicando que os apontamentos federais relevantes permanecem concentrados no ambiente da Receita Federal/SIEFPAR.

Diagnóstico Consolidado e Impacto Sobre a Certidão

A leitura conjunta mostra três pontos de atenção: (i) omissão de DCTFWeb de outubro e novembro de 2025; (ii) R$ 271.028,13 em atraso nos parcelamentos federais; e (iii) processos fiscais com exigibilidade suspensa ou em julgamento. Somados aos atrasos estaduais de parcelamentos (R$ 194.467,61), os atrasos fiscais federais e estaduais identificados alcançam R$ 465.495,74, sem considerar os débitos de IPVA.

Esse valor é administrável quando comparado ao tamanho do balanço, mas sua natureza é crítica. A manutenção de atrasos fiscais pode resultar em rescisão de parcelamentos, perda de regularidade e dificuldade para renovação da certidão após 15/07/2026. Como a empresa depende do mercado externo, a regularidade fiscal deve ser tratada como condição operacional para a preservação de embarques, do câmbio e do relacionamento financeiro.

Leitura Financeira e Econômica Integrada

No fluxo de caixa, os parcelamentos federais e estaduais competem com fornecedores, folha, bancos e despesas operacionais. A reincidência de parcelas vencidas em fevereiro, março e abril sugere insuficiência de caixa em meses de maior volatilidade do faturamento. A queda do faturamento de abril reforça o alerta: mesmo com resultado líquido contábil positivo no mês, a geração operacional recorrente ainda não é suficiente para eliminar o risco fiscal.

A recomendação econômica é priorizar a regularização dos parcelamentos mais sensíveis, especialmente a Autorregularização Incentivada e os parcelamentos estaduais de maior valor, além de entregar ou retificar as DCTFWeb pendentes. A recomposição da regularidade antes do vencimento da CPEN, em julho de 2026, é medida essencial para reduzir o risco jurídico, preservar o crédito e manter a continuidade operacional da recuperanda.

12. Considerações Finais

À vista do conjunto de informações reunidas no presente RMA, a conclusão que se impõe é mais preocupante do que apenas cautelosa. Embora a Recuperanda permaneça formalmente em atividade, os dados de abril de 2026 demonstram que a continuidade operacional ainda se sustenta em ambiente de elevada fragilidade econômica, financeira e gerencial, sem que os indicadores centrais revelem, até o momento, uma recuperação consistente da capacidade de geração operacional de caixa.

Sob a ótica operacional, a manutenção das atividades não pode ser confundida com estabilização empresarial. O relatório evidencia encolhimento expressivo da estrutura produtiva e funcional, com forte redução do quadro de pessoal em comparação com o pico observado em 2025, esvaziamento acentuado da unidade de Caçador/SC e concentração quase absoluta da operação em Campo Alegre/SC. Essa centralização, embora reduza parte do custo fixo, também amplia o risco operacional, pois torna a Recuperanda excessivamente dependente de um único polo fabril para sustentar produção, faturamento e fluxo de caixa.

A produção, por sua vez, permanece em patamar significativamente inferior ao histórico recente, sem sinais concretos de retomada robusta. Em termos práticos, a empresa opera hoje em escala reduzida, com perda de capacidade de diluição dos custos industriais e com risco de manutenção de estruturas que já não se mostram economicamente eficientes, em especial na unidade de Caçador/SC. O quadro indica ajuste defensivo, e não recuperação efetiva.

No plano da receita, o cenário é ainda mais sensível. A brusca retração do faturamento em abril de 2026, após a melhora pontual de março, revela que a Recuperanda continua submetida a forte instabilidade comercial. O desempenho do mês não apenas interrompe a recuperação observada anteriormente, mas recoloca a empresa em nível de receita claramente insuficiente para suportar, com segurança, a sua estrutura de custos, obrigações correntes e compromissos extraconcursais. Não se trata, portanto, de mera oscilação ordinária, mas de sinal concreto de que a retomada permanece frágil, irregular e vulnerável a qualquer nova adversidade de mercado ou de crédito.

A leitura da DRE reforça essa conclusão. O resultado líquido positivo de abril, isoladamente considerado, não autoriza interpretação otimista. O próprio relatório demonstra que esse resultado decorreu de efeitos financeiros e de outras receitas, e não da eficiência operacional da atividade empresarial. Os indicadores que realmente medem a saúde da operação, como resultado operacional bruto, EBIT e EBITDA, permaneceram negativos. Em outras palavras, a atividade industrial da Recuperanda segue incapaz de gerar, por si, margem suficiente para sustentar a empresa. Essa constatação é grave, porque revela dependência de eventos não recorrentes para a apresentação de resultado contábil menos desfavorável.

Também sob o aspecto patrimonial e financeiro o quadro é crítico. O passivo circulante permanece excessivamente elevado, o patrimônio líquido segue negativo e o capital de giro líquido continua substancialmente deficitário. Além disso, a liquidez imediata é extremamente limitada, ao passo que grande parte do ativo está concentrada em estoques, créditos tributários e contas de realização lenta ou incerta. Em termos concretos, isso significa que a estrutura patrimonial da Recuperanda ainda não oferece suporte suficiente para enfrentar obrigações de curto prazo sem depender intensamente de giro, renegociação e ingresso de novas receitas.

A situação do estoque também merece observação crítica. Embora represente ativo relevante, sua elevada concentração em produtos em elaboração, insumos específicos, materiais de manutenção e itens de menor liquidez indica imobilização expressiva de capital de giro em ativos que não se convertem rapidamente em caixa. Em cenário de faturamento deprimido, essa característica agrava o risco financeiro, pois a empresa mantém recursos presos na operação ao mesmo tempo em que convive com severa pressão de curto prazo.

No que se refere ao passivo extraconcursal, o relatório expõe um dos pontos mais graves da atual conjuntura. Trata-se de passivo essencialmente financeiro, concentrado em poucos credores estratégicos e com forte exposição em moeda estrangeira. Tal configuração torna a Recuperanda particularmente vulnerável à variação cambial, à restrição de crédito e à deterioração do relacionamento bancário. Considerando que a companhia depende justamente de exportações para gerar receita e caixa, o descompasso entre passivo financeiro em dólar, queda de faturamento e necessidade de capital de giro cria um ciclo de pressão que pode comprometer a própria capacidade de financiamento da operação. Esse é, sem dúvida, um dos fatores mais críticos identificados no relatório.

O quadro fiscal, embora numericamente menos volumoso do que o passivo bancário, também não pode ser minimizado. A existência de parcelamentos federais e estaduais em atraso, omissões declaratórias e processos administrativos pendentes demonstra que a Recuperanda ainda não conseguiu restabelecer padrão satisfatório de regularidade fiscal. Isso é especialmente preocupante porque a atividade da empresa depende de ambiente de confiança institucional, manutenção de certidões e preservação de acesso a crédito, câmbio e embarques. Em outras palavras, ainda que os valores em atraso sejam administráveis em termos absolutos, seu potencial de repercussão operacional e jurídica é desproporcionalmente alto.

Há, portanto, um dado central que precisa ser afirmado com objetividade: a Recuperanda continua funcionando, mas ainda não demonstrou capacidade concreta de superação estrutural da crise. **O que se verifica, até o momento, é a preservação precária da atividade, sustentada por forte compressão operacional, dependência de exportações, exposição cambial relevante, liquidez restrita e resultado operacional deficitário.** Não há, nos elementos de abril de 2026, base segura para afirmar que a empresa ingressou em trajetória estável de recuperação.

Nessa perspectiva, a Administração Judicial registra, de forma crítica, que a continuidade da Recuperanda permanece condicionada a fatores sensíveis e ainda não estabilizados: recuperação do faturamento em patamar minimamente compatível com a estrutura industrial remanescente; conversão mais eficiente de estoques e recebíveis em caixa; regularização fiscal tempestiva; manutenção e renegociação das linhas financeiras extraconcursais; e revisão rigorosa da racionalidade econômica das unidades operacionais, especialmente da planta de Caçador/SC.

RECUPERE

Instituto de Recuperação
Judicial e Falências

R. Henrique Meyer, nº 280 (Helbor Offices Joinville)
Sala 708 I Centro | Joinville/SC
recuperemoveistresirmaos@gmail.com